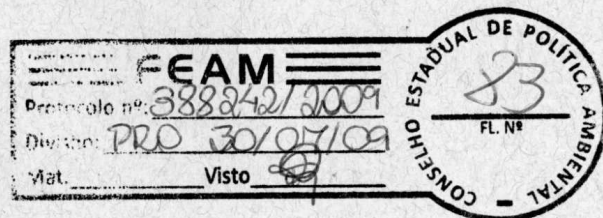


**feam**

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE



Autuado: Santa Rosa Empreendimentos Ltda.

Processo nº: 01232/2002/001/2002

Referência: Recurso relativo ao Auto de Infração nº 971/2002, infração grave, empreendimento de pequeno porte.

## **PARECER JURÍDICO**

### **I) RELATÓRIO**

1 – Santa Rosa Empreendimentos Ltda. foi autuado em 27/05/2002 como incurso no artigo 19, §2º, 1, do Decreto nº 39424, de 1998, pela seguinte irregularidade:

*“O loteamento teve suas implantação iniciada há cerca de 7 anos, não possuindo a pertinente Licença de Instalação do COPAM. Verificou-se a abertura do sistema viário sem pavimentação, a demarcação de lotes, construção e ocupação de unidades residenciais e instalação da rede de distribuição de energia elétrica.”*

Notificado da lavratura do auto em 10/06/2007, por meio do Of. DIURB nº 082/2002, apresentou **defesa tempestivamente** em 25/06/2002, tendo sido imposta a penalidade de **multa** no valor de R\$3.193,36 (três mil, cento e noventa e três reais e trinta e seis centavos), de acordo com o artigo 1º, II, “a”, da DN 27/98, alterada pela DN 64/03, c/c art. 2º, §1º, I, da DN 27/98. Notificado da decisão em 18/06/2003, apresentou em 04/07/2003, **tempestivamente, Pedido de Reconsideração**, que foi indeferido em 18/07/2006.

2 – O autuado foi notificado do indeferimento do Pedido de Reconsideração, por meio do OFÍCIO/COPAM/FEAM/DIRFIM/Nº 206/2006, em 24/10/2006 e interpôs **Recurso tempestivamente** em 13/11/2006, no qual aduz, em síntese, o que se segue:

- que diante da revogação expressa do Dec. nº 39424/1998 pelo Dec. nº 44309/2006, o Auto e respectivo procedimento administrativo sofrem as restrições da *lex mitior*;
- não haveria a necessidade de a Recorrente obter licenciamento ambiental junto ao COPAM, em razão do tempo em que ocorreu o auto de infração, aplicando-se a Resolução CONAMA nº 01/86, segundo a qual deveriam ser licenciados projetos urbanísticos acima de 100 hectares;
- o empreendimento da Recorrente possui tamanho bastante inferior a 100 hectares e não existe nenhum interesse ambiental relevante, de forma que não teria a obrigação de requerer licenciamento junto ao COPAM;
- a FEAM considerava que todo e qualquer loteamento urbano deveria ser licenciado, de acordo com a DN COPAM nº 01/90, mas tal entendimento seria equivocado, uma vez que a referida DN apenas estabelece critérios e valores para indenização dos custos de análise de pedidos de licenciamento;

- a DN 58/2002 determina que apenas os empreendimentos anteriores à data de sua publicação instalados em áreas de sub-bacias hidrográficas enquadradas na classe especial e classe I e nas zonas de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral, deveriam obter licenciamento corretivo;
- comprovado que o empreendimento em questão foi implantado antes da publicação da DN COPAM nº 58 e que sua localização não se enquadra nas áreas definidas no artigo 2º, da DN 58/02, evidencia-se que a legislação aplicável ao caso é a Resolução CONAMA 01/86.

Requeru o arquivamento do AI nº 971/2002.

3- No entendimento desta Procuradoria, os argumentos apresentados no Recurso não são capazes de descaracterizar a infração cometida e, por conseguinte, tornar sem efeito a decisão que culminou na aplicação de multa ao empreendimento. Senão vejamos.

Inicialmente, cumpre ressaltar que vigia à época da lavratura do Auto de Infração, 27/05/2002, a Deliberação Normativa COPAM nº 01, de 22/03/1990, segundo a qual deveriam ser licenciados os loteamentos, exclusiva ou predominantemente residenciais, **cuja área fosse igual ou superior a 25 hectares**, conforme constante do Código 91.10.00.9, caso do empreendimento em apreço, que tem área de 27 hectares. Conjugando-se o porte do empreendimento com o potencial poluidor/degradador grande, o empreendimento foi classificado como de Classe II, passível, sim, de Licenciamento Ambiental.

Desta feita, não procedem as alegações do Recorrente da aplicabilidade exclusiva da Resolução CONAMA 01/86, visto que à época da lavratura do auto já vigia a Deliberação Normativa COPAM nº 01/90.

Contrariamente ao que afirma o autuado, a DN COPAM nº 01/90 estabelece critérios e valores para indenização dos custos de licenciamento e, em seu Anexo I, lista as atividades poluidoras/degradadoras, com seu potencial e dados que permitem definir o porte do empreendimento e, por conseguinte, sua classe, com vistas ao licenciamento.

Portanto, o entendimento deste órgão é que são licenciáveis os empreendimentos que se enquadrem nos critérios constantes da DN em referência, que é o caso do Recorrente, cuja área total do empreendimento é de 27 hectares, reafirmamos.

Outrossim, não merece guarida a alegação do recorrente de aplicabilidade da DN 58, de 28 de novembro de 2002, publicada em 04 de dezembro de 2002, uma vez que sua publicação foi posterior à data da autuação, 27 de maio de 2002.

Por conseguinte, considerando que as alegações trazidas na peça recursal não são capazes de descaracterizar a infração prevista no artigo 19, §2º, 1, do Decreto nº 39424, de 1998, esta Procuradoria recomenda o indeferimento do presente Recurso e a consequente manutenção da penalidade de multa imposta.



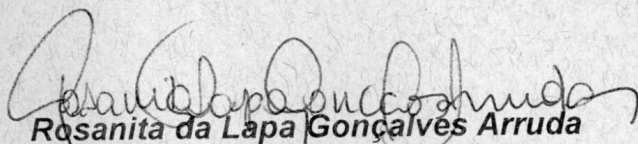
## II) CONCLUSÃO

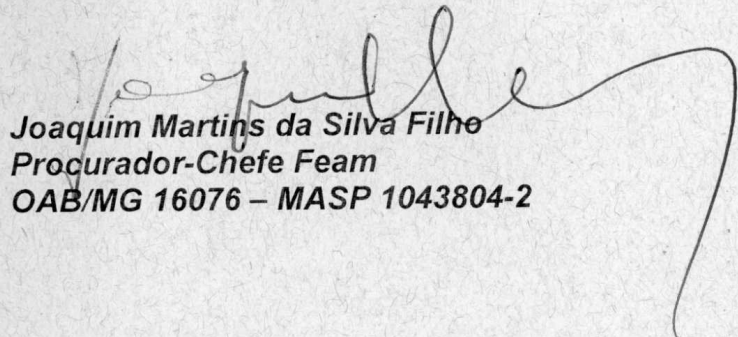
Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM e sugerimos o **indeferimento do recurso interposto e a manutenção da penalidade de multa.**

É o parecer.

À consideração superior.

Belo Horizonte, 28 de julho de 2009.

  
**Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda**  
**Analista Ambiental**  
**OAB/MG 80357 - MASP 1059325-9**

  
**Joaquim Martins da Silva Filho**  
**Procurador-Chefe Feam**  
**OAB/MG 16076 – MASP 1043804-2**

